



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 143 NÚMERO 3099 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
FEVEREIRO 2022 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Marília Villaverde Cabral

Este ano A Voz do Operário homenageia esta comunista que se juntou ainda adolescente à luta contra o fascismo. Tem 79 anos, foi uma das fundadoras do Movimento Democrático de Mulheres, foi dirigente sindical e coordenadora da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, organização de que faz parte. **págs. 8 e 9**



TRABALHADORES DA LIMPEZA

Exército de invisíveis

No Hospital Curry Cabral, uniram-se e venceram. Disseram basta e obrigaram a empresa Sá Limpa a abandonar este polo hospitalar. Não querem ser invisíveis e exigem respeito. São mais de 60 mil em todo o país,

sobretudo mulheres. Baixos salários, trabalho precário, horários desregulados, abusos por parte das chefias e racismo são algumas das muitas denúncias de quem trabalha na limpeza. **págs. 6 e 7**



PS com maioria absoluta

A forte bipolarização mediática e as sondagens levaram ao receio do regresso dos partidos do arco da troika. Os resultados traduziram severas perdas nos partidos à esquerda do PS. Por outro lado, a tendência em queda do PSD e o desaparecimento parlamentar do CDS-PP potenciaram o crescimento do Chega e da IL. **pág. 13**



Cineclubismo, cinema em resistência

Atualmente existem 85 cineclubes. O surgimento dos cineclubes em Portugal aconteceu no pós-guerra com a expectativa de democratização no seio dos setores de oposição à ditadura. Em ambiente de resistência, o movimento expande-se um pouco por todo o país, com núcleos culturais de massas ligados ao cinema. **pág. 16**



A VOZ DO OPERÁRIO 139 anos de existência

É já no dia 12 de fevereiro que os sócios e amigos d'A Voz se juntam para celebrar o aniversário desta instituição. Foi em 1883 que operários tabaqueiros lançaram a primeira 'pedra' desta associação. **pág. 3**



A farsa da invasão russa

Assistimos, nestas semanas, à denúncia de uma suposta invasão russa da Ucrânia. O facto é que o golpe de Estado em Kiev fez tombar o país eslavo para o campo ocidental. A Rússia nega qualquer intenção de invadir o país vizinho e acusa os EUA de alimentarem a tensão na região, com a própria Ucrânia a pedir calma a Washington. **pág. 14**

Comemoração do 139.º aniversário

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Continuamos a viver tempos conturbados do ponto de vista sanitário, com a pandemia da Covid19 a ter uma incidência crescente, embora felizmente com consequências menos nefastas em termos de saúde pública, mas agravando significativamente as condições de vida de largas camadas da população, designadamente nos aspetos económico e social.

Naturalmente que a Voz do Operário não está imune aos seus impactos, apesar do cabal cumprimento das medidas de proteção e segurança, havendo vários trabalhadores em situação de isolamento profilático.

Mas nem por isso deixamos de prestar os nossos serviços, designadamente nas áreas mais sensíveis como os relativos ao apoio domiciliário, contando para isso com o esforço redobrado dos trabalhadores envolvidos, tanto os afetos às respetivas áreas como outros que entretanto são pontualmente realocados.

Nunca é demais enaltecer a dedicação e o empenho dos trabalhadores da Voz do Operário, que em todos os momentos e neste em particular representam um grande património da nossa Instituição.

Apesar das contingências, A Voz do Operário não deixa de estar de novo de parabéns, celebrando no próximo dia 13 de fevereiro o seu 139º aniversário. São praticamente 14 décadas de uma vida plena de êxito no cumprimento do desígnio dos seus fundadores, de defesa dos direitos dos trabalhadores, pugnando pela sua dignificação e elevação cultural, com uma história muita rica ao serviço dos sócios e da comunidade.

Mesmo sabendo que a sua história é sobejamente conhecida, importa recordar que A Voz do Operário nasceu da luta dos operários contra a exploração e as miseráveis condições a que estavam sujeitos.

Foi em 13 de Fevereiro de 1883, que um grupo de operários tabaqueiros fundou A Voz do Operário, estabelecendo ser objeto da Sociedade sustentar a publicação do seu jornal, que já existia há três anos, mas a que era necessário dar suporte organizativo e criar as condições para que a maioria dos operários o soubessem ler, para que assim melhor pudesse atingir os seus objetivos, constituindo-se num

poderoso meio de divulgação da causa operária, pelo que, paralelamente havia que “estabelecer escolas, gabinetes de leitura e tudo quanto possa concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral e dos sócios em particular”.

Integrada na comemoração do aniversário, é tradição proceder-se à homenagem a uma personalidade ou entidade de mérito reconhecido, tendo este ano a Direção decidido distinguir Marília Villaverde Cabral, em reconhecimento de uma vida inteiramente dedicada às causas dos trabalhadores e do povo português.

Filha de uma família modesta, Marília Villaverde Cabral, nasceu em Lisboa, tendo no Liceu feito amizade com um grupo de meninas, na maior parte filhas de pessoas da oposição ao regime fascista. Uma delas emprestou-lhe o livro “A Mãe” de Máximo Gorki e essa leitura constituiu uma revelação extraordinária.

Entrou para o Partido Comunista Português em 1958, tendo com um grupo de jovens logo começado a formar a Comissão Pró-Associação dos Liceus. Foi presa na cidade universitária em 1962 juntamente com outros estudantes.

Participou em Comissões Unitárias de Mulheres e na fundação do Movimento Democrático de Mulheres. Reforçou posteriormente a sua ligação à área do trabalho tendo, com outros sindicalistas, lutado no Sindicato dos Escritórios pelos direitos dos trabalhadores e contra a Direção fascista do Sindicato. Esse trabalho permitiu que logo após o 25 de Abril, o Sindicato tenha ficado nas mãos dos trabalhadores, tendo sido eleita para a sua Direção.

Pertenceu ao Comité Central do PCP. Desde 1990 que trabalha na URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses), tendo sido sua Coordenadora Nacional de 2012 a 2021, exercendo atualmente o cargo de vice-presidente da Assembleia Geral.

Apelamos à participação de todos, na cerimónia do aniversário que ocorrerá no próximo dia 12 de fevereiro, às 19:30 horas na sede, com a tradicional sessão solene e jantar, incluindo a homenagem a Marília Villaverde Cabral.

Comemoramos os 139 anos de história da Voz do Operário, enaltecendo a sua história, com a certeza de que saberemos todos, associados, dirigentes, trabalhadores e amigos, construir um futuro que honre e prossiga o legado da Instituição.

EDITORIAL

Confiança na luta

A maioria absoluta do PS e a perda de força parlamentar dos partidos à sua esquerda é um sinal negativo para os trabalhadores e as populações. De mãos livres para governar como bem entender, é bom lembrar que o PS sempre governou à direita, mesmo em minoria, procurando acordos com o PSD ou o CDS-PP. Os últimos seis anos foram uma exceção porque esta política de direita se viu condicionada pelos partidos de esquerda. Não menos negativo é o crescimento de forças reacionárias como a Iniciativa Liberal e o Chega. A decomposição do PSD e do CDS-PP abriu o armário a posições bafiantes e perigosas que merecem todo o nosso combate.

Em contexto eleitoral, os mecanismos anti-democráticos são cada vez mais sofisticados. Durante a campanha, a Comissão Nacional de Eleições e a Entidade Reguladora da Comunicação permitiram que os candidatos do PS e do PSD pudessem debater nos canais em sinal aberto, com mais audiência, e que os restantes partidos ficassem relegados aos canais fechados como se de um campeonato menor se tratasse. Num modelo que patrocina o bipartidarismo vigente, as televisões, rádios e jornais raramente são confrontadas pelas entidades que fiscalizam as eleições e a comunicação social. Da mesma forma, os grupos mediáticos veiculam sondagens que mais do que retratar o sentido de voto condicionam as escolhas eleitorais. Parece não haver grandes dúvidas de que as empresas de estudos de opinião são o grande vencedor da noite das eleições. Apesar de terem falhado em toda a linha, agitaram o fantasma da direita coligada com as forças mais reacionárias garantindo ao PS uma maioria absoluta.

Quem parece satisfeito com o novo quadro parlamentar é o porta-voz dos patrões, António Saraiva, que já veio saudar esta oportunidade para impor um novo ciclo económico distanciado da esquerda e dos trabalhadores. Também a agência norte-americana de notação financeira Fitch veio saudar a vitória folgada de Costa como um resultado “positivo” que torna “altamente improvável” medidas defendidas por comunistas e bloquistas no próximo orçamento.

Da parte da CGTP-IN, a mensagem é clara. É nos locais de trabalho e nas ruas que se constrói a resistência e a luta por um país que valorize e dignifique os trabalhadores. Essa será certamente a melhor barreira contra as políticas de direita e as forças reacionárias.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDATOR PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



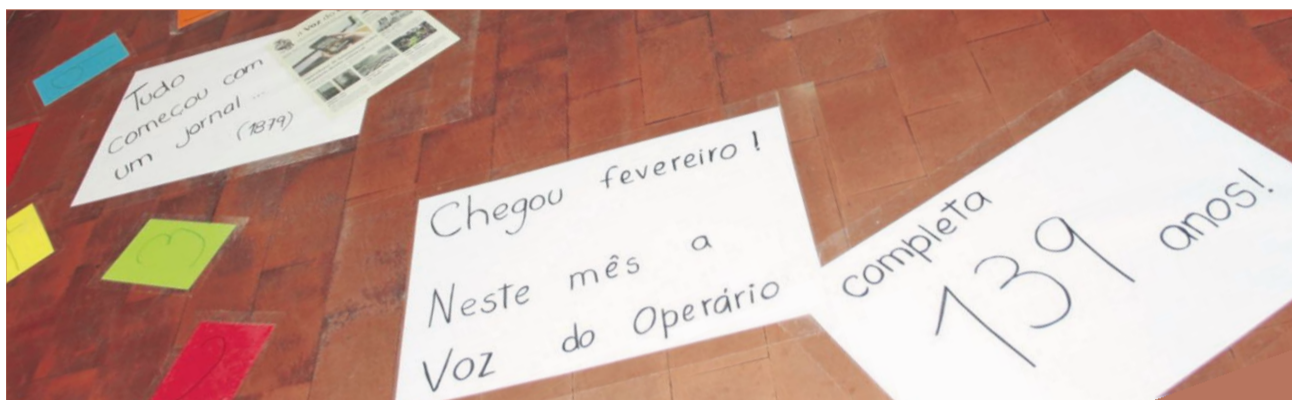
Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



VOZ

Crianças do Laranjeiro aprendem história d'A Voz



Éra uma vez uma fábrica
Com muitos trabalhadores
Faziam muitos cigarros
Para vender aos senhores

Ganhavam pouco dinheiro
E viviam muito mal
Por isso para aprenderem
Quiseram fazer um jornal

Mas quando pensaram nisso
Começaram a perceber
Quase ninguém sabia
Conta, ler e escrever

Então pensaram num espaço
Escola, creche e infantário
Onde pudessem estudar
E chamaram-lhe Voz do Operário

Um lugar para brincar
Um lugar para aprender
Partilhar com os amigos
As coisas que vamos saber

Cuidar de nós e do outro
Cultivar a amizade
Crescer no pensamento
E viver em liberdade.

Espaço Educativo do Laranjeiro

Com a aproximação da data do aniversário d'A Voz do Operário, muitas têm sido as conversas acerca do tema, motivadas pela curiosidade por parte das nossas crianças.

O que é A Voz do Operário para além da nossa escola no Laranjeiro, que pessoas fazem parte da sua história e como é que tudo começou têm sido algumas das questões lançadas. Na sala 4, entusiasmados pelo grande número de anos que A Voz do Operário celebra (139), começaram por escrever os números associando-lhes factos da história da nossa instituição.

A "fábrica de cigarros" (como as crianças a entenderam), onde tudo começou, suscitou um grande alvo-
vo na busca de tentar compreender como é que uma

fábrica motiva a criação de uma escola. As crianças da sala 4, ficaram surpreendidas com o facto de alguns dos trabalhadores não saberem ler, e por "não existir uma escola para todos". Foi aqui que compreenderam a importância da leitura e da escrita, como ponto de partida para a criação da primeira escola d'A Voz do Operário. Certos de que não poderiam ficar com esta informação tão importante só na sua sala, lançaram um convite às restantes para lhes comunicarem as suas descobertas. Atualmente, todos sabem como nasceu A Voz do Operário e a importância de a celebrarmos. Comprometidos com essa celebração, iniciaram a caminhada para o grande dia 13 de fevereiro. Desenhos, registo de conversas, "desconstrução" do número 139 que culminaram numa canção. Com a preciosa ajuda das crianças e da professora Vanessa Borges, foi criada a música "História d'A Voz do Operário".

ANIVERSÁRIO

Jantar e sessão solene para comemorar aniversário

É já no dia 12 de fevereiro que se realiza o jantar de comemoração do 139.º aniversário d'A Voz do Operário. Antes da refeição, a iniciativa começa com uma sessão solene, a partir das 20 horas, seguida da homenagem a Marília Villaverde Cabral, que se tornará sócia honorária da instituição.

A Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário foi fundada a 13 de fevereiro de 1883 quando os operários tabaqueiros que fundaram o jornal A Voz do Operário decidiram criar uma sociedade cooperativa com o mesmo nome. A exigência financeira que implicava a manutenção desta publicação levou a que estes trabalhadores procurassem formas de sobrevivência para o projeto. É assim que nasce a instituição em cujos estatutos fundadores se escreveu ser objeto da sociedade "sustentar a publicação do periódico", "estudar o modo de resolver o grandioso problema do trabalho, procurando por todos os meios legais melhorar as condições deste, debaixo dos pontos de vista económico, moral e higiénico", "estabelecer escolas, gabinete de leitura, caixa económica e tudo quanto, em harmonia com a índole das sociedades desta natureza, e com as circunstâncias do cofre, possa concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral e dos sócios em particular". Para tal, os 316 sócios da altura comprometiam-se a pagar uma quota semanal de vinte réis, quantia que retiravam dos seus humildes salários.

Hoje, é um projeto de raízes sólidas, reconhecido publicamente, que se mantém fiel aos seus valores iniciais e que assenta a sua atividade no ensino através de um modelo pedagógico alternativo em sete diferentes espaços educativos localizados na Graça, Ajuda, Restelo, Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro. A instituição desenvolve diferentes serviços de apoio social através do seu refeitório, do serviço de apoio domiciliário e do seu centro de convívio. Simultaneamente, a profusão de atividades desportivas e culturais faz parte da vida d'A Voz do Operário desde o seu nascimento.

INSTITUCIONAL



MEMÓRIA

O sindicalista José Santos Arranha secretário-geral da CGT (1922/1923)



José da Silva Santos Arranha (Caldas da Rainha, 1891 - Lisboa, 1962).

No dia 24 de Fevereiro de 1962, falecia em Lisboa uma figura cimeira do sindicalismo português.

Sob o peso da censura de uma ditadura de tipo fascista, os jornais do dia seguinte não disseram nada.

Mas quem ia a enterrar era um antigo secretário-geral da CGT (Confederação Geral do Trabalho). E antigo director do diário sindicalista *A Batalha*.

Era um homem que havia sido preso político pelo menos seis vezes, mas que permaneceu fiel aos seus ideais até ao final da vida. Era anarquista. Ou “socialista-libertário”, como gostava de dizer.

E tinha sido também colaborador da *A Voz do Operário*.

Operário marceneiro

Filho de um ferroviário, José da Silva Santos Arranha nasceu a 3 de janeiro de 1891, na então vila de Caldas da Rainha.

Tornou-se operário marceneiro e rumou a viver para Lisboa, onde viria a casar com uma operária tabaqueira.

E aqui se salientou nas lutas sindicais, no período da 1ª Guerra Mundial. Foi aliás nessa altura, em 1916 e 1917, que colaborou no principal jornal operário que existia em Portugal: *A Voz do Operário*, então com edição semanal de 60 mil exemplares.

Neste jornal, Santos Arranha expôs duas lutas concretas do seu sector profissional. A primeira em torno do horário de trabalho, procurando conquistar um limite diário de 9 horas. A segunda por questões

salariais, tentando recuperar poder de compra face à elevada inflação que se registava à época.

Os sindicatos únicos

Alguns anos depois, em 1920, Santos Arranha destacou-se num processo de reorganização sindical que passou pela criação dos então chamados “sindicatos únicos”. Tratava-se de reunir trabalhadores do mesmo ramo de actividade que anteriormente estavam divididos em diferentes sindicatos de ofícios especializados.

No caso de Santos Arranha, a sua antiga Associação de Classe dos Operários Marceneiros de Lisboa aderiu ao novo Sindicato Único da Indústria Mobiliária de Lisboa. Santos Arranha foi um dos fundadores deste novo sindicato e um dos seus primeiros dirigentes, responsável pela “caixa de solidariedade e Bolsa de Trabalho”.

No final desse ano de 1920, ele foi também um dos fundadores da Federação Nacional dos Operários da Indústria de Mobiliário.

A CGT

No congresso operário realizado em Outubro de 1922, na Covilhã, Santos Arranha foi eleito secretário-geral da central sindical CGT. E exerceu esse cargo durante um ano.

Uma preocupação central da CGT nesse período foi o agravamento do custo de vida. Para se ter uma ideia, até o governo republicano dizia que “a carestia dos gé-

neros de primeira necessidade” atingia preços “exorbitantes” e que era “verdadeiramente aflitiva a situação de milhares de consumidores”. Mais reconhecia que existiam muitos “casos de exploração intensamente gananciosa” e de lucros “excessivos” que estavam “semeando a miséria” [*Diário do Governo* (1ª série), 21/10/1922].

Neste contexto, foi prioritária a luta pela recuperação de salários. Mas essa luta viu-se confrontada com outro problema, a repressão política sobre a classe trabalhadora: activistas presos, imprensa apreendida, sindicatos temporariamente encerrados, reuniões dissolvidas... Só no período em que Santos Arranha foi secretário-geral da CGT, ele próprio foi duas vezes preso, ambas quando participava em pacíficas reuniões sindicais.

Na acção da CGT nesse período é de salientar o trabalho de solidariedade com trabalhadores em luta. “Em Outubro de 1922 os mineiros de Aljustrel declaram-se em greve, reclamando melhores salários, luta que sustentaram ininterruptamente até Janeiro seguinte”. A CGT organizou então o acolhimento temporário dos filhos destes trabalhadores em famílias de Beja e Lisboa, “para subtraí-los à fome e ajudar os pais na sua luta”.

O processo repetiu-se em Lisboa e no Porto para apoiar trabalhadores em greve na Covilhã e S. Pedro da Cova. Acolhendo no total algumas centenas de crianças.

Como sublinharia Emídio Santana, estes “foram actos de solidariedade de um grande significado e demonstrativos das energias morais do movimento” [Santana (1987), *Memórias de um militante anarco-sindicalista*].

Em Outubro de 1923, Santos Arranha demitiu-se da liderança da CGT, no quadro das discórdias que à época dividiram o movimento sindical português. Discórdias sobretudo entre a corrente anarquista e a corrente comunista, mas também a nível interno da corrente anarquista.

No verão de 1925, Santos Arranha voltou à linha da frente como director do ‘órgão central’ da CGT, o jornal *A Batalha*. Cargo do qual de novo acabou por se demitir ao fim de um ano e pelas mesmas razões.

Fascismo

Na fase que Santos Arranha dirigiu *A Batalha*, esse jornal marcou posição na denúncia e no apelo à luta contra a ameaça de uma ditadura militar e do fascismo. Uma ameaça bem real, que se concretizou com o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Em 1927, *A Batalha* foi encerrada, a CGT foi forçada à clandestinidade e Santos Arranha foi mais uma vez preso político. Viu-se depois estrangido a sair do país. Na década de 1930 viveu na Bélgica, onde integrou um sindicato de operários da construção civil.

Terá regressado a Portugal em 1939, para escapar à invasão nazi [segundo João Freire/Maria Alexandre Louzada (2013), *Roteiros da memória urbana – Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*].

Na década de 40, Santos Arranha foi militante de um grupo anarco-sindicalista clandestino: o grupo «Esperança». E quando faleceu ainda participava numa “tertúlia” que reunia velhos sindicalistas.

VOZ



Importância do Ensino Presencial

Depois de um 1º período com momentos em que tivemos de ficar em casa e um regresso às aulas, após a pausa letiva do Natal, em modo de ensino à distância, refletimos em conjunto sobre a importância do ensino presencial: partilhámos as nossas experiências e opiniões para a construção deste texto coletivo e decidimos também dar voz às famílias e àqueles que conosco partilham o espaço da escola.

Alunos do 2º Ciclo, Espaço Educativo da Graça

Sérgio Gaitas, Coordenador das Direções Pedagógicas, deu-nos o mote: “Como diz o poeta brasileiro “A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro na vida”. Contrariamente às previsões da OCDE para o futuro da educação, talvez influenciados pela ingenuidade de quem manda, também a educação é a arte do encontro, onde a proximidade física, o contacto, os conflitos, as emoções, são a única via para o desenvolvimento humano em toda a sua plenitude. Como diz o rapper, “estamos juntos”.

A importância do ensino presencial foi reconhecida por todos: ter contacto com professores e colegas; poder estudar e aprender coisas novas, em coletivo; poder conviver. Um dos colegas referiu: “Eu não sei como é para as outras pessoas, mas eu acho que sabemos que, a seguir a uma aula, podemos ir brincar com os nossos amigos motiva bastante”. Outro acrescentou: “É mais divertido, porque nos intervalos podemos estar uns com os outros a brincar, a jogar, a falar”. Este tema surgiu naturalmente nas nossas conversas, pois foi quando tivemos de ficar em casa que percebemos e valorizámos a importância do ensino presencial. O melhor do ensino presencial “é poder estar com os colegas e professores ao vivo e poder ir para o recreio, correr e rir com os nossos amigos. Podes ter mais apoio, não te distrais tanto, a comunicação é melhor e passas mais tempo com os amigos.”

Como somos mais crescidos, quisémos saber o que pensam os alunos do 2º ano, pois passaram grande parte do 1º ano em casa e este é um momento muito impor-

tante de adaptação e aprendizagem. Percebemos que o que mais gostam são as disciplinas de Educação Física e Educação Musical; gostam de aprender e esclarecer as dúvidas com a professora e com os colegas e de brincar com os amigos: “Gosto de estar no recreio com os meus amigos, mas também passo menos tempo com os meus pais”, disse um dos alunos.

Entrevistámos algumas famílias das várias valências da escola, que partilharam a sua visão sobre o ensino presencial:

“É muito importante estarmos juntos, fazermos trabalhos em conjunto e ter os apoios presenciais. (...) A minha filha trabalha melhor no ensino presencial, porque consegue esclarecer as suas dúvidas mais rapidamente e tem todo o apoio dos professores e colegas.” (Vânia Cardoso, 2º Ciclo).

“No ensino presencial, sinto que a minha filha consegue esclarecer as suas dúvidas de forma a perceber melhor (...). Os recursos que tem são uma mais valia (...). O ensino presencial tem uma dinâmica muito forte, a começar na interação direta entre professores e alunos.” (Sara Sequeira, 2º Ciclo).

“Eu acho que a parte social, o facto de estar a conviver com outros colegas e com amigos é muito importante para as crianças se sentirem motivadas a vir à escola. (...) No ensino presencial há o contacto com o professor, que é muito importante, porque já estão mesmo a aprender e precisam deste contacto para tirar dúvidas, perceber a matéria, mas principalmente a parte humana, o brincar, o tocar ... é muito importante para o seu desenvolvimento emocional também.” (Sónia Marques, 1º ano).

“O ensino presencial é muito importante para nós enquanto famílias, mais ainda nestas idades tão pequenas. (...) é muito importante o ensino presencial, o contacto humano (...) estar com os amigos, correr, brincar, socializar, tocar ... é muito importante para o desenvolvimento de qualquer pessoa em qualquer idade (...) ir a um passeio, fazer plasticina com os amigos” (Joana Assunção e Paulo Baralho, Creche).

“Nestas idades mais pequenas é muito importante estarmos uns com os outros, estarmos em relação com os nossos amigos, com os nossos professores. (...) No ensino presencial é muito mais fácil de manter a atenção” (Cristina Gil, Creche/Pré-escolar).

Quisemos também saber a opinião do Sr. Júlio (para nós, o “Sr. Jiló”), que trabalha há 32 anos na Voz como Assistente Operacional: “Prefiro o ensino presencial, o contacto com as crianças, o estarmos todos juntos é muito importante. Também para vocês, aprendem mais coisas e é mais fácil de entender.”

A preferência pelo ensino presencial é partilhada também pelos nossos professores. Como nos disse o professor Pedro Passarinho (EVT): “O ensino presencial é melhor para todos nós - é mais prático ajudar os alunos, temos uma maior proximidade e contacto com eles. Nós somos melhores e eles também. É mais fácil a organização, o trabalho em si, principalmente na minha disciplina... o martelar, desenhar, cortar, construir, usar os diferentes materiais, sujar...”

Ainda em conversa com o Sérgio Gaitas, foi possível conhecer a sua opinião: “A importância do ensino presencial é tudo, ou seja, o que eu acho é que não é possível nós aprendermos, nós evoluirmos, sem emoções. E estas emoções só são possíveis se nós estivermos uns com os outros, isto é, aprendermos a relacionarmo-nos, aprendermos a perceber o que os outros estão a sentir (...) isto só é possível se estivermos presencialmente, não é? Olhar nos olhos uns dos outros - este contacto, o contacto físico, é fundamental. Só é possível evoluirmos, aprendermos, se nos considerarmos um todo - e este todo é uma parte cognitiva, uma parte emocional, uma parte física. Isto tudo só é possível se nós estivermos presencialmente.”

Concordamos que o ensino presencial é essencial, porque aprendemos as coisas da melhor forma, aprendemos com os nossos amigos - colegas e professores - e, claro, brincamos no recreio.

(Obrigado a todos os que colaboraram conosco neste artigo, que é um encontro dos nossos trabalhos em parceria e que ficaram mais ricos com o vosso contributo).

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

TRABALHADORES DA LIMPEZA



A presença de trabalhadoras afrodescendentes e imigrantes tem um grande peso no setor.

Exército de Invisíveis

No Hospital Curry Cabral, uniram-se e venceram. Disseram basta e obrigaram a empresa Sá Limpa a abandonar este polo hospitalar. Não querem ser invisíveis e exigem respeito. São mais de 60 mil em todo o país e são sobretudo mulheres. Baixos salários, trabalho precário, horários desregulados, abusos por parte das chefias e racismo são algumas das muitas denúncias de quem trabalha na limpeza.

Bruno Amaral de Carvalho

A revolta das esfregonas

Podia ser apenas uma tarde como tantas outras mas algo extraordinário estava para acontecer no Hospital Curry Cabral, em Lisboa. Mulheres de vários serviços, vestidas com a farda da limpeza, largaram as esfregonas e decidiram que aquele dia ia ser delas. Rapidamente se espalhou a notícia de que a empresa Sá Limpa queria despedir três das suas colegas, uma com cancro e outra com uma doença crónica.

Decididas a confrontar o administrador que abandonava aquele polo hospitalar, encontraram-no já dentro da viatura a caminho da saída. Entre vozes de revolta, uma das muitas mulheres deixou a ameaça no ar: “Se não nos ouvir,

viramos-lhe o carro”. Não havia volta a dar. Dali a pouco, este membro da direção recebia representantes do sindicato e as trabalhadoras juntavam-se em plenário para decidir uma greve. Um dia sem esfregonas para defender as três colegas que iam ser despedidas. Porém, isso era apenas a gota de água de todas as queixas de abusos da empresa sobre cada uma delas.

No dia 7 de dezembro, a porta principal do Curry Cabral amanheceu em festa. Engana-se quem acha que é só de tristeza que a luta se trata, pareceram querer dizer à Voz do Operário várias trabalhadoras despertadas pela alegria de se sentirem mais fortes por estarem unidas.

Uma delas, Carla, mãe solteira com um filho de cinco anos, denunciou a recusa por parte da empresa em conceder-lhe um horário flexível, como prevê

a legislação para pais de crianças com menos de 12 anos. “A supervisora disse-me que não, que não ia permitir que uma trabalhadora de enfermagem entrasse às 9 e saísse às 5. Disse-me para pedir transferência ou meter baixa”.

Entre consignas de protesto, houve tempo para dançarem abraçadas ao som do funaná de Ferro Gaita e para conhecerem colegas de outros hospitais que não quiseram deixar de trazer a solidariedade a luta que também é sua. Teve tal impacto esta greve que logo decidiram marcar outra. Não chegou a acontecer. A empresa Sá Limpa abandonou o Hospital Curry Cabral e foi substituída por outra.

Tratados abaixo de cão

Nas limpezas do Hospital São José, Ricardo Inocêncio ouviu tudo o que lhe

contaram sobre a luta das colegas do Curry Cabral. Aqui, ainda é a Sá Limpa que gere os trabalhadores que fazem com que este polo hospitalar esteja limpo todos os dias. “A luta delas foi um exemplo. Foram mais unidas do que as colegas de São José. Às vezes, as trabalhadoras africanas têm medo de fazer greve, muitas não sabem ler nem escrever e têm medo, são ameaçadas. E no Curry Cabral não se passou isso. As colegas juntaram-se todas e parou tudo”, afirma à Voz do Operário.

De facto, a presença de trabalhadoras afrodescendentes e imigrantes tem um grande peso no setor da limpeza. Para Ricardo, os chefes “pensam que podem fazer tudo o que querem e lhes apetece” e denuncia que uma supervisora que acaba de ser transferida para outro hospital “fazia atos racistas com as trabalhadoras negras, tratava-as abaixo

de cão”. Segundo este trabalhador de 42 anos, “insultava-as e gritava com elas”, uma “pouca vergonha”, considera.

Ricardo trabalhava para uma empresa portuguesa na Bélgica e teve de abandonar o país com a pandemia. De regresso a Portugal, agarrou-se ao primeiro emprego que encontrou. Mas diz que não é fácil. Com três filhas e uma companheira desempregada, faz uma hora e meia todos os dias de viagem na linha de Sintra para conseguir um mísero salário. “É só o meu dinheiro a entrar em casa e sinto-me cada vez mais com a corda ao pescoço”, confessa. “Eu vivi bem quando trabalhava no estrangeiro e tinha bons ordenados. Já vivi bem e, atualmente, apenas sobrevivo”. Explica que ganha cerca de 720 euros e que paga 380 de renda, fora a água, a luz, a comida, os transportes e a internet.

As maiores empresas do setor da limpeza em Portugal têm cerca de 60 mil trabalhadores.

Há um ano a trabalhar no São José, já provou muitas das agruras de quem exerce o ofício de limpar o lixo hospitalar. “A outra supervisora, se se lembrasse que havia mais alguma coisa para fazer à hora de saída, obrigava-nos a ficar. E se não ficassemos cortavam-nos no salário como me chegou a acontecer”, descreve. Agora considera que o ambiente melhorou um pouco mas as queixas são muitas. No mesmo dia em que fala com A Voz do Operário, houve um colega “com um problema de costas” que se recusou a levantar pesos e “foi mandado para casa” pelas chefias. “O senhor recusou porque tem uma hérnia nas costas. Trabalhava na Maternidade Alfredo da Costa, onde limpava janelas e paredes. Aqui, foi posto a carregar lixo”, explica.

Para além de denunciar a falta de substituição de fardamento para trabalhadores que lidam diariamente com “doenças e infeções”, Ricardo Inocêncio enuncia também alguns dos problemas denunciados por quem trabalha neste setor em diferentes empresas. Repetidos enganos no pagamento do salário, cobranças de despesas administrativas que não entende e falta de recibos.

“Cinco da matina”

Há 20 anos que não dorme mais do que quatro horas por noite. Por cautela, prefere não dar o nome verdadeiro. Para esta reportagem, decidiu batizar-se como Ana

Maria. Algures em África, quando era jovem, tinha um sonho. Ser investigadora criminal. Mas o mundo não é igual para todos e Ana Maria é mais uma nesse enorme exército de mulheres e homens que limpam tudo aquilo que todos sujamos. Com seis filhos, esta mulher solteira veio para Portugal à procura de melhores condições de vida e o que encontrou foi uma vida de exploração.

Em todos os dias em que trabalha, a luz do seu apartamento na linha de Sintra acende-se às 5.30 da manhã. Às 6.22, apanha o comboio para entrar na PT, em Picoas, às 7. Duas vezes por semana, sai desta empresa às 10 para trabalhar numa casa particular em Alfragide às 11. Dali, sai às 15 para entrar no Centro Comercial Colombo às 16 e sair à meia noite. De volta ao comboio, abre a porta de casa às 00.25.

“Geralmente deito-me à 1.20”, diz Ana Maria. Não o faz porque quer mas porque tem uma casa para pagar. “Tenho de pagar o empréstimo ao banco, tenho de pagar o seguro e o condomínio. Se eu estivesse a receber um ordenado como deve ser, não tinha de me sacrificar tanto. Todos os meses tenho de ter 500 euros na conta. É a água, a luz, a internet, a comida, o passe”, descreve. Os filhos, já adultos, vivem todos no estrangeiro. “Graças a deus”, afirma.

Sozinha repete uma rotina com mais de duas décadas. Trabalha para a empresa AMG no Colombo e diz que ali fazem um pouco de tudo: recolher tabuleiros, limpar o chão, lavar as casas de banho. Como Ricardo Inocêncio, também denuncia a forma como são tratadas pelas supervisoras. “Elas gritam com a gente. A voz da chefe quando vem falar con-

“Cinco da matina Já todos caminham pr’o mesmo enredo Porque nos subúrbios O sol levanta-se sempre mais cedo É um povo escravizado nesta sociedade de extremos Trabalham duas vezes mais e ganham duas vezes menos” Valete (rapper)

nosco fica alterada como se fossemos crianças e às vezes também temos de nos alterar”, confessa. A maioria das trabalhadoras são mulheres estrangeiras. “Aproveitam-se do facto de sermos imigrantes. Há poucas brancas porque não aguentam. Nós aguentamos porque temos despesas para pagar. São muitas horas e horários complicados”, explica.

Ana Maria é já uma veterana nesta guerra da limpeza. Com um problema no ombro, enviou uma carta à empre-



Trabalhadora da limpeza do Hospital Curry Cabral.

sa a dizer que não podia fazer trabalhos pesados mas a AMG “não quer ouvir falar de cartas”. Tem uma tendinite e uma infiltração no braço mas não tem alternativa. “Os meus braços já não são o que eram mas preciso de ganhar di-

Porto e dizem-nos para falarmos com a supervisora aqui em Lisboa, nós falamos com ela e ela diz para ligarmos aos escritórios. É um empurra para aqui, um empurra para ali, para sabermos quanto é que vamos ganhar. Eu nunca sei quanto é que vou ganhar”.

O facto é que Ana Maria diz que as cerca de 200 trabalhadoras têm de registar a entrada e a saída mas não há maneira de saber quanto vão ganhar em cada mês. “Eu fui à advogada do sindicato que me disse que tinha muito para receber. Depois falei disso à supervisora, ameaçámos com um advogado e ela disse-nos para não fazermos isso, para deixar estar, que víamos isso melhor”, recorda. “Quando dissemos isso, ela mudou totalmente de discurso”.

Hoje, olha para a sua vida e sente muita injustiça. “Sinto, sinto muita porque estamos aqui a trabalhar e queremos um ordenado como deve ser. Queremos chegar ao final do mês com o nosso salário como deve ser”. Mas também gostava de ser menos invisível. Para o resto do mundo, as trabalhadoras da limpeza parecem não importar. “Somos invisíveis para os clientes. Não somos nada bem vistas. Os clientes têm sempre razão. Nem que nos insultem e nos tratem mal temos de continuar a trabalhar. Acontece muito.”

nheiro para pagar as contas”.

Outra das queixas é não saberem quanto vão ganhar ao fim do mês. Trabalham quatro dias e fazem duas folgas mas nunca há certezas sobre quanto vai cair na conta. “Quando chega o fim do mês temos de ficar atentas para saber se vamos receber corretamente. Às vezes vamos ver e é uma miséria. Eles inventam descontos, acertos de horas, entre outras coisas”, explica. “Nós ligamos para os escritórios da empresa no

MARÍLIA VILLAVERDE CABRAL

“Eu não era capaz de viver outra vida que não fosse esta”

Marília Villaverde Cabral tem 79 anos e aderiu ainda adolescente ao PCP, em plena ditadura. Foi uma das fundadoras do Movimento Democrático de Mulheres, foi dirigente sindical e coordenadora da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, organização de que faz parte. Este ano, será homenageada como sócia honorária d'A Voz do Operário, aquando o aniversário da instituição.



“Quando se despediu de mim, o Bernardino disse-me: ‘nunca traias’. Foi uma frase que nunca mais esqueci.”

Bruno Amaral de Carvalho

Como foi a sua infância?

Nasci em Lisboa, ali no bairro do Arco do Cego, numa família que não tinha nada a ver com a política. O meu pai tinha uma pequena loja e era católico praticante. A minha mãe era doméstica. A minha infância foi a de uma filha única. Nunca tivemos grandes dificuldades porque o meu pai vivia para a loja. Mesmo durante a guerra. Apesar de ter os mimos todos de uma filha única, era muito tristonha porque não gostava do que via à minha volta.

E era ainda muito jovem quando despertou para a atividade política.

Sim, fui para o Liceu Filipa de Lencastre e aí é que tive a sorte de encontrar várias meninas. Uma era a Helena Rato cujo pai era do partido [PCP] e chegou a ser ponto de apoio a camaradas clandestinos. Por isso, tinha de

ter muito cuidado porque não podia levar lá ninguém a casa. Outra era a Maria Luísa Tito Morais. O pai não era do partido mas era um homem da oposição. Também a Isabel Galacho. E foram estas amizades que me trouxeram até aqui. A Helena Rato fez uma coisa muito bonita que foi emprestar-me o livro *A Mãe*, do Gorki, que é um grande recrutador para o partido, e eu, que era uma menina toda católica, ao ler aquilo fiquei maravilhada e percebi que também aqui em Portugal havia luta, havia gente que lutava e não se submetia. Devia ter uns 15 ou 16 anos.

E quando é que decide que tem de fazer alguma coisa?

É muito engraçado porque o Arlindo Vicente tinha a sede de campanha numa vivenda ali no bairro. Já tinha lido *A Mãe* e um dia insisti com a Luísa Tito Morais, que estava um bocado envergonhada, para irmos lá ver no que é que aquilo dava. Subimos as escadas e ficámos lá as duas. Estava lá um rapaz e ficou assim muito espantado com aquelas duas miúdas ali. Nós explicámos

que queríamos ver se podíamos ajudar e ele depois foi comentar com a irmã da Luísa - que na altura estudava na universidade de medicina - que tinham ido lá bater duas miúdas novitas e que não nos tinham dado nada porque podia ser perigoso. Mas o irmão da Luísa - que na altura era do partido - ficou a saber disto e deve ter informado que estavam ali duas miúdas interessadas em juntar-se à luta. Em pouco tempo começou a reunir connosco e a dar-nos coisas para ler, entre o *Avante!* e alguns livros. Estamos a falar de 1958 ou 1959 porque eu já estava no partido quando o Aboim [Inglez] foi preso e ele foi preso em 1959. Entrei depois da campanha do Humberto Delgado.

Passaram a ser oficialmente do partido.

Na altura, não havia fichas de inscrição, por isso pode dizer-se que sim. Começámos logo por formar a comissão pró-associação dos liceus, que não havia. Chamávamos os jovens que conhecíamos na altura e começámos a reunir de uma forma unitária. Chegámos a ter muitos jovens envolvidos. Fazíamos bailes para arranjar dinhei-

ro, fizemos sessões de cinema, chegamos a alugar uma sede num compartimento de uma garagem grande ali para os lados do bairro de São Miguel. Nessa altura, comecei a namorar com o João Tito Morais e ele, para não ir para a guerra, fugiu para a Alemanha e depois foi ter com o pai dele ao Brasil. Então, a minha ideia era ir para Londres estudar umas coisas, arranjar trabalho no Brasil e ir ter com ele.

Mas o apelo da luta foi mais forte.

Na altura, eu já reunia com o José Bernardino, que foi o meu responsável em 59/60. Ainda antes, tinha reunido com o Armando Myre Dores, que andava em semi-clandestinidade. Mas quando fui para Londres, quando se despediu de mim, o Bernardino disse-me: “nunca traias”. Foi uma frase que nunca mais esqueci. Ele não estava lá muito de acordo que eu fosse para o Brasil, mas eu tinha aquela paixão. Entretanto, fui para Londres aprender inglês. Só que em Portugal começa toda a movimentação a propósito do barco Santa Maria, do avião e por aí fora. Começam a prender muitos estudantes, entre eles jovens do partido. Naquelas circunstâncias, eu não consegui ir para o Brasil. Decidi voltar a Portugal porque a luta me chamava. Tive amigos que me disseram para não regressar porque nos interrogatórios perguntavam pelo meu nome, mas eu cheguei, tive algumas provocações da PIDE mas não me prenderam. Não sei se me estavam a seguir porque faziam muito isto de não prender pensando que a pessoa podia levar a outros.

Mais tarde foi levada durante a repressão contra os estudantes na Cidade Universitária, naquela que foi considerada uma das maiores operações policiais do fascismo.

Eu juntei-me à luta estudantil e depois acabei por ser presa com os 1500 na Cidade Universitária em 1962. Uns dias antes, no 1º de Maio, andámos a fugir à polícia. Foi um período muito movimentado. As pessoas começaram a juntar-se porque corria o boato de que os jovens fascistas iam atacar os estudantes que estavam a fazer a greve da fome. Nós começámos a juntar-nos para defendê-los. Éramos 1500 na Cantina Velha. Só que em vez de aparecerem os jovens, apareceu a polícia. O [Jorge] Sampaio, que na altura era o secretário da RIA - Direção Nacional de Associações - disse-nos: “Ninguém sai daqui sem nos irem buscar mesa a mesa”. Aquilo demorou... Eles chegaram à hora de jantar e saímos de lá de madrugada. As raparigas foram todas para o Governo Civil e nem havia espaço para tanta gente. Os rapazes foram distribuídos por vários outros sítios e nessa ocasião não nos interrogaram porque era tanta gente que eles já não tinham sequer papel para tirar as fotografias para o cadastro. Sei que só voltámos a sair na outra madrugada e que também aí fizeram uma provocação. Eles sabiam que o meu pai - o meu pai não era fascista, sei lá o que ele era na altura - era membro da União Nacional. Tinha sido um irmão dele a aconselhá-lo para não ter problemas com os fiscais. O PIDE chegou à cela e chamou-me pelo meu nome e eu achei que ia ficar lá. Levou-me por uma escada e disse-me ao ouvido: “o seu paizinho isto e aquilo”.

Depois, envolve-se na atividade sindical.

Antes da atividade sindical, participei na fundação do Movimento Democrático de Mulheres. Foi no meu tra-

balho na Caixa de Previdência que comecei a atividade sindical. A direção do sindicato era fascista e depois tinha várias comissões consoante as áreas de trabalho: tínhamos os químicos, a construção, a previdência. E nós fizemos um trabalho muito bom mesmo com uma direção fascista.

Ainda assim tinham de fazer reuniões clandestinas no âmbito do trabalho do partido, certo?

Sim, nem sabíamos bem onde é que era mas havia ali uma apartamento todo giro no Estoril ou em Cascais. Mas tenho a ideia de haver um apartamento de uma irmã de um dos meus controladores. Nas nossas reuniões tínhamos sempre o ponto um, que era o minuto conspirativo que servia para combinarmos o que diríamos à PIDE se eles entrassem naquele momento. Se fosse uma reunião sem camaradas na clandestinidade podíamos sempre explicar que estávamos a comemorar não sei o quê, mas com camaradas clandestinos nenhuma reunião começava sem o minuto conspirativo. Se tocasse a campanha já tínhamos combinado todos o que é que havíamos de dizer.

E com a chegada do 25 de Abril?

Olha, lembro-me que fui para Caxias esperar a saída dos presos. Foi um momento incrível. Tenho a imagem na cabeça da Marinha a entrar pelo cais e nós aos gritos. Depois, os nossos camaradas a dizerem que não saía ninguém enquanto não saíssem todos. Foi de uma coragem... Depois houve tiros, negociações e tive de me vir embora para ir à sede do sindicato pedir a chave aos fascistas. E eu acho graça porque na altura eles diziam que nós tínhamos tomado conta do sindicato, que tínhamos assaltado o sindicato e não foi nada assim. Eu cheguei lá, eles estavam lá todos encolhidos de medo, pedi a chave e deram-me. Simples. Não foi nada heróico. Os fascistas ainda foram protestar e dizer que lhes tínhamos tirado o sindicato. Depois, tivemos um confronto na Cova da Moura [antiga sede do Estado-Maior General das Forças Armadas, em Lisboa]. Éramos nós a explicar aos militares quem eles eram... e depois decidimos fazer eleições e ganhámos. A votação foi muito bonita. Mas durei pouco tempo no sindicato porque passei a funcionária do partido.

Lembro-me da chegada do Álvaro [Cunhal] a Lisboa. Morreu um camarada de ataque de coração e eu estava a ver que morria também e não foi tanto por causa do Álvaro. Estava lá à espera [no aeroporto] e aquilo era uma multidão. De repente, vejo chegar uma manifestação do Barreiro com um pano com uma foice e um martelo. E aquilo foi uma coisa...

Como foram os primeiros meses como funcionária em pleno processo revolucionário?

Em agosto, tornei-me funcionária do partido. E não foi uma decisão fácil... porque na altura eu tinha um salário relativamente bom - porque eu entretanto fui para a Associação de Planeamento Familiar, quando saí do sindicato - e passámos a viver com menos dinheiro. Só que o Alberto [Villaverde Cabral] foi convidado para a ANI, que transformaram na ANOP, Agência Noticiosa Portuguesa, e eu passei a trabalhar para o partido sem salário. Passei a ser funcionária sem salário durante uns tempos porque não precisava e era uma ajuda para o partido.

E quais é que foram as suas responsabilidades no PCP?

Passei a acompanhar os trabalhadores da função pública. Tive reuniões com técnicos que ajudaram, depois na empresa, a criar a própria EDP. Aquilo foi de tal maneira que um dia estava a falar com um camarada e comecei a ver tudo a andar a roda, e depois foram levar-me a casa porque o cansaço era tão grande. Cada um que vinha queria explicar-me como é que a empresa funcionava. Era muito giro, eu queria apanhar tudo. Eram operários que sabiam bem como é que aquilo funcionava e era impressionante, queríamos absorver tudo.

Aquilo foi épico. Não há palavras. Eu, por exemplo, fui agarrar a CRGE [Companhias Reunidas de Gás e Electricidade]. Havia um camarada que me dizia “aquilo é tudo reacionários, não se pode fazer lá nada” e depois havia um operário que era da Margem Sul. E eu, um certo dia, disse que aquilo não podia ser. “Então uma empresa com tantos eletricistas e não temos operários? Vamos ter uma reunião e pronto”. Marcámos uma data e apareceram tantos operários e pessoal de escritório que eu tive de pedir outra sala porque não cabíamos todos. Tudo homens e eu a fumar o meu cigarro, mas a pensar como é que eles iam ver aquilo porque ainda estávamos naquela altura... E então o que é que eles traziam? Mapas da empresa para ver como é que podíamos organizar o partido naquelas secções.

Mas quando eles chegam ali ainda não eram do partido?

Não, não. Foi de tal maneira, cresceu tanto aquela célula, que me chamaram da direção para saber o que é que tinha acontecido. Estava tão chateada por não termos operários que aquilo depois superou todas as expectativas.

O que sente quando olha para trás?

Eu não olho muito para trás porque nós passamos pelas grandes conquistas, passamos pela defesa das conquistas e então foi sempre para a frente. Defender, defender, defender. Logo a seguir ao 25 de Novembro o partido fez um grande comício - que me dá um orgulho muito grande - no Campo Pequeno. E nada disto me dá nostalgia. Claro que fico fascinada com o que aconteceu até aqui mas habituei-me a que a luta se faz para frente e, como a luta esteve sempre presente na minha vida, não me dá para olhar para trás. Dá-me para olhar para a frente e achar que temos de fazer mais coisas.

Consegue imaginar que um dia pudesse não ter escolhido este caminho?

Nada, não consigo ver-me fora do partido. O partido é a minha vida. Eu sem o partido... porque eu entrei para o partido com 15 ou 16 anos e era uma miúda que não tinha ideias nenhuma. Se viesse de uma família com ideias marcadas mas, pelo contrário, eu tive que lutar na minha família ao ponto de uma vez ficar com febre por não me deixarem sair para ir a uma reunião. Gritei tanto, chorei tanto que fiquei com febre. Não só lutei contra o fascismo como lutei contra a minha vida. E consegui.

Olha para trás e sente que vale a pena?

Valeu e vale a pena. Eu não era capaz de viver outra vida que não fosse esta. Foi a coisa mais linda que me aconteceu, este meu querido partido.

SEIXAL

Protocolo no Seixal procura dar casa a pessoas sem-abrigo



As dificuldades económicas são indissociáveis dos problemas das pessoas em situação de sem-abrigo.

Um protocolo assinado entre o Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal e a associação CRIAR-T tem o objetivo de promover o acesso à habitação das pessoas em situação prolongada de sem-abrigo, noticiou o AbrilAbril.

“Há já vários anos que andamos todos a lutar contra esta situação”, afirmou Fernando Marques, presidente

da direcção da CRIAR-T – Associação de Solidariedade, durante a cerimónia de assinatura do protocolo, sublinhando ainda que seria “impossível dar esta resposta sem o contributo da Câmara Municipal do Seixal (CMS), que está connosco desde o primeiro dia”.

Empenhada na resolução deste problema no conce-

lho, no distrito e no país, Paulo Silva, vice-presidente da CMS, considerou, em nome do município, lamentável “que quase 50 anos após o 25 de Abril este problema não esteja resolvido”, tendo mesmo vindo a agravar-se nos últimos anos.

“As dificuldades económicas e os baixos salários aliados aos aumentos constantes do valor das rendas”, considera Paulo Silva, são indissociáveis dos problemas das pessoas em situação de sem-abrigo: “só com políticas nacionais de habitação, que concretizem o desígnio constitucional de uma habitação para todos” podemos pôr um ponto final no assunto.

“Eficaz na integração e manutenção habitacional para pessoas em situação prolongada de sem-abrigo, o modelo Housing First” [habitação primeiro], que se pretende replicar no Seixal, procura passar os cidadãos sem-teto directamente das ruas para uma habitação permanente, ultrapassando todos os pequenos patamares burocráticos a que são, normalmente, sujeitos, até à atribuição de uma casa.

Neste caso, o sistema considera “um utente por cada habitação permanente, sendo também permitida a ocupação por casal ou, excepcionalmente, por duas pessoas em coabitação”. O modelo de apartamento partilhado dispõe de uma capacidade entre duas a cinco pessoas.

Fernando Marques não deixou de sublinhar a importância de se trabalhar, afincadamente, na prevenção, “mais do que actuarmos somente em fim de linha”. Embora indispensáveis, estes esforços mais não serão do que paliativos, se não forem aplicados, lado a lado, com uma política que consagre o direito de todos à habitação.

A CRIAR-T é uma associação de solidariedade na Arrentela criada em 1996 e tem como objetivo dar apoio à infância e juventude, à população adulta, à família e comunidade e também outros projetos e atividades.

A VOZ do corvo



...boas notícias, grandes esperanças?

Anunciaram os jornais que a partir do segundo semestre de 2022 arrancará entre nós o projeto-piloto do Número de Identificação do Prédio, tido por alguns como “o início de uma nova etapa na história da propriedade em Portugal”.

Trata-se do fortalecimento de um instrumento legal que permitirá aos proprietários de terrenos rústicos sem documentação inequívoca sobre o estatuto de posse plena ou sem que as suas propriedades estejam convenientemente referenciadas geograficamente, ter agora oportunidade de esclarecer situações e atualizarem os respetivos registos.

A ideia não é nova pois qualquer prédio, rústico ou urbano, já está hoje sujeito a um registo matricial, mas não é difícil entender que a criação de um número único de identificação conterà mais informação do que o nome do ou dos proprietários, a área, a forma e as confrontações e certamente dará acesso a informação mais vasta que no seu conjunto possa servir de base a decisões políticas globais no campo, por exemplo do ordenamento do território e do combate aos incêndios.

Para que não se trate somente de um alimentador de estatísticas.

A identificação através de um número, muito mais precisa do que a identificação através de um nome, tem vindo a ser usada desde há muito e aplicada tanto a pessoas, como a animais ou a objetos instrumentais, tanto quando assume a forma de cartão de cidadão, carta de condução, boletim de saúde, registo (no caso de alguns animais com chip ou fotografia), licença (de uso de porte de arma) ou livrete (de veículo automóvel).

Detenhamo-nos sobre este último: existe um e um único para cada veículo motorizado que possa circular em qualquer estrada, rua ou caminho do país e dele consta pelo menos o tipo de veículo, o modelo, o fabricante ou marca, o combustível utilizado, a cilindrada e a cor ou cores de que é pintado, as suas dimensões e a sua capacidade de uso (carga ou passageiros). Nenhuma destas características pode ser alterada sem o aval de entidades competentes e o veículo está sujeito a avaliações periódicas, sem as quais não poderá circular.

Põe-se então a questão da não existência nem da previsível existência de um número que conduza à

identificação de todos os fogos colocados no mercado imobiliário urbano de forma a que quem aluga ou compre conheça inequivocamente as características do que vai alugar ou comprar. Como quando compra ou aluga um automóvel deverá ter consciência do que consta no respetivo livrete e agir e beneficiar do que lá está.

Seria uma espécie de ficha, historial ou “boletim de saúde” para cada casa, regulamentada pelo Estado e fiscalizada pelas Autarquias onde constassem as características do fogo e os níveis de renda ou custos admissíveis e isto para que as rendas e os custos de um tugúrio, de uma barraca ou de uma casa habitável não estejam sujeitos às mesmas regras de funcionamento do mercado imobiliário, qualquer que seja a sua qualidade: ...pedir os valores máximos alcançados no mercado e depois esperar (especular) até que apareça alguém que, em desespero, possa dar o que lhe é imposto.

Num sistema de regulamentação-tabelamento (à semelhança do que já acontece com os transportes, com a saúde pública, com a água, a energia e as portagens), garantindo ao investidor o retorno do investimento e um lucro razoável, poderia ser dado ao utente a possibilidade de a escolha dentro do binário recursos-necessidade e ao Estado, para além da construção direta que as circunstâncias impõem, melhor gerir uma política de auxílio às famílias que aliás também se impõe.

Resta perguntar: quem tem medo da regulamentação e do tabelamento no que diz respeito ao direito à habitação?

LISBOA

PS viabiliza orçamento de Moedas



Fundo de Emergência Social (FES) perde 12% de dotações, face ao anterior orçamento.

O orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2022 foi aprovado no passado dia 25 de janeiro com os votos favoráveis da coligação vencedora (PSD, CDS, MPT, PPM e Aliança), a abstenção do PS e os votos contra do PCP, BE, Livre e da vereadora independente eleita pela coligação PS/Livre.

Este é o primeiro orçamento municipal do mandato presidido pelo social-democrata Carlos Moedas, e a proposta aprovada prevê uma despesa de 1,16 mil milhões de euros para o corrente ano.

Depois do que aparentou ser um impasse na negociação, o PS acabou por anunciar previamente a sua disponibilidade para viabilizar o documento. “O Partido Socialista vai abster-se na votação do orçamento municipal de Lisboa para o ano de 2022, viabilizando o documento e garantindo as condições de governabilidade necessárias no primeiro ano de Carlos Moedas como presidente da Câmara Municipal de Lisboa”, declararam os vereadores do PS.

O esclarecimento deste partido seguiu-se às declarações do presidente da Câmara, que afirmava ter havido “uma quebra de confiança” com os vereadores do PS, manifestando assim dúvidas sobre se manteriam o sentido de voto de abstenção que permitisse a viabilização da proposta de orçamento municipal para 2022. O PS não quis faltar ao compromisso com o orçamento de Moedas, esclareceu, e, como prometido, absteve-se.

Posição diferente tiveram os restantes vereadores, que consideraram a distribuição orçamental insuficiente para dar resposta às necessidades urgentes do município e da sua população.

A título de exemplo, refira-se, no que toca a políticas sociais, a redução dos valores do Fundo de Emergência Social (FES) em 12%, em relação ao anterior orçamento, levantando-se legítimas dúvidas sobre a capacidade das atuais dotações para fazer face às dificuldades manifestadas pelas famílias, pelos grupos mais vulneráveis e outras instituições da cidade que desenvolvem trabalho na área social.

Habitação. Diminui a renda acessível

No que toca à habitação, um dos problemas mais sentido pelos lisboetas, em comunicado, os vereadores do PCP denunciaram “a diminuição do número de fogos de renda acessível, o corte na manutenção das casas dos bairros municipais, o desinvestimento nas intervenções e políticas de proximidade e a retirada da prioridade ao metro de superfície da zona ocidental da cidade”.

Para a concelhia bloquista, “as Grandes Opções do Plano não passam de programa eleitoral e estão desconexas do orçamento e dos Planos de Atividade das Empresas Municipais”.

Também criticado por comunistas e bloquistas está o favorecimento dos grupos privados de saúde, a falta de resposta para a Carris e ausência de medidas para travar o aumento do Alojamento Local.

Esclarecido ficou que os prometidos 116 milhões de euros destinados à habitação, incluem, afinal, montantes reservados à reabilitação de serviços, nomeadamente creches.

O período de elaboração do orçamento ficou marcado pela denúncia, dos vários partidos da oposição, da falta de diálogo, por parte do executivo, para a participação na construção das linhas estratégicas para a gestão da cidade. O documento foi mesmo divulgado em primeiro lugar à comunicação social, e só posteriormente aos restantes vereadores.

O presente mandato, resultante das últimas eleições autárquicas em setembro de 2021, deverá durar até 2025. O atual executivo da Câmara Municipal de Lisboa é composto por sete vereadores da coligação “Novos Tempos”, vencedora das eleições, (três do PSD, dois do CDS-PP e duas independentes), os únicos, apesar da maioria relativa, a ter pelouros atribuídos. Foram ainda eleitos sete vereadores pela coligação “Mais Lisboa” (cinco do PS, um do Livre e uma independente), dois da coligação PCP/PEV (ambos do PCP) e uma do BE.

AMBIENTE

Setúbal procura ser mais verde

Através da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal (PDM), o município de Setúbal conseguiu viabilizar dois projetos de energias renováveis: uma central fotovoltaica e uma de produção de hidrogénio verde.

Foi em 1994 que o atual Plano Diretor Municipal entrou em vigor em Setúbal, distante ainda de integrar as preocupações e exigências do presente no que toca à modernização e ecologização das formas de produção de energia limpa.

Neste quadro, segundo o AbrilAbril, a Câmara Municipal de Setúbal “viu-se forçada a suspender o PDM” para avançar com os dois projetos, que pela sua importância no atual contexto de aumento dos preços da eletricidade e da urgência de encontrar modos de produção verdes, se afiguravam “indispensáveis”.

“Embora o município de Setúbal já tenha aprovado em setembro de 2021 a revisão do PDM, que incorpora e adequa na planificação do território respostas a várias problemáticas ambientais e climáticas da actualidade”, informa o comunicado da Câmara Municipal, o mesmo só ainda não entrou em vigor por estar pendente de ratificação do governo.

Com um valor de investimento a rondar os 17,5 milhões de euros, a nova central fotovoltaica comportará 24 megawatts de potência nominal com recurso a energia solar e entrega total da produção à Rede Elétrica de Serviço Público.

No que toca à central de produção de hidrogénio verde, que resulta da separação elétrica da molécula de hidrogénio na água, envolverá custos superiores a 10,6 milhões de euros, sendo posteriormente capaz de produzir 870,6 toneladas de hidrogénio verde por ano.

SETÚBAL

Unidos pelo Centro Hospitalar de Setúbal

Realizou-se, em Setúbal, em janeiro, uma ação pela valorização do Hospital de São Bernardo. A grave situação em que se encontra o Centro Hospitalar de Setúbal (CHS), do qual faz parte o Hospital de S. Bernardo, forçou a mão de vários diretores clínicos e médicos desta unidade hospitalar em outubro de 2021, que se demitiram em protesto contra a falta de condições no centro hospitalar.

Após as eleições autárquicas, os municípios de Sesimbra, Palmela e Setúbal organizaram o Fórum Intermunicipal da Saúde, em cuja primeira reunião ficou decidida a realização desta vigília, com o objectivo de exigir a “reclassificação do Hospital de São Bernardo, bem como o reforço da contratação de médicos de família, enfermeiros e outros profissionais para os cuidados de saúde primários”.

SONDAGENS

As sondagens conduziram à maioria absoluta?



Disparidade entre os resultados das sondagens e das urnas foi expressiva.

Durante as últimas semanas de campanha, sucederam-se as sondagens que apontavam para um empate técnico entre o PS e o PSD, algumas antecipando mesmo a liderança do partido liderado por Rui Rio. Há quem diga que isso ajudou o PS a conquistar a maioria absoluta.

A disparidade entre os resultados saídos das urnas e as diferentes sondagens lançadas nas últimas semanas por várias empresas de estudos de opinião foi uma das grandes surpresas da noite eleitoral. Com sondagens que apontavam para um suposto empate técnico entre o PS e o PSD, boa parte dos analistas assume que foram uma ferramenta para a mobilização de eleitores para o voto útil no PS e, como consequência, para a maioria absoluta. Ao Público, Jorge Cerol, que fez parte do Centro de Sondagens da Universidade Católica Portuguesa, afirmou que “as sondagens anunciavam quase um empate e isso levou ao voto útil no PS por parte de quem não queria correr o risco de voltar a ter um governo liderado pelo PSD. Não fosse isso, se calhar o BE e o PCP não teriam sido tão penalizados”.

Ao mesmo jornal, António Salvador, da Intercampus, corroborou que “se as eleições fossem hoje, Costa ganharia facilmente, mas sem a maioria absoluta. E a esquerda não seria esvaziada da mesma forma”. O presidente do conselho de administração desta empresa de estudos de mercado recordou que em janeiro saiu um barómetro que mostrava que os portugueses “não queriam dar a maioria absoluta a ninguém”. Desta forma, quando os eleitores perceberam que havia “uma fortíssima probabilidade de o PSD ganhar, a esquerda esvaziou-se”. À Renascença, António Salvador reconheceu que “uma diferença tão significativa não é aceitável” mais do que a qualidade dos estudos preferiu apontar o dedo à “forma de os apresentar” e responsabiliza todos: “quem faz, produz, de quem utiliza e quem comunica”. Para o fundador da Intercampus, as empresas de sondagens não podem continuar a “apresentar sondagens sem referir quem são os indecisos”. É ainda muito crítico em relação à atitude da Entidade Reguladora da Co-

municação, a quem acusa de não fazer o seu trabalho.

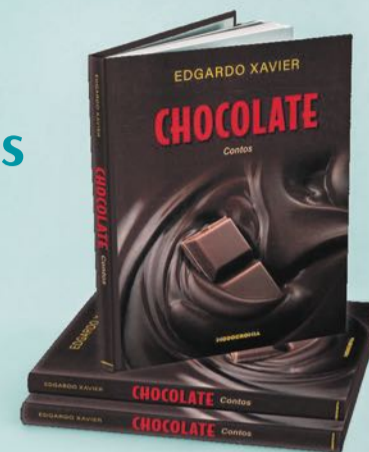
Por sua vez, Jorge Cerol assumiu que as sondagens “influenciam, para um lado ou para o outro” mas diz que “sem elas não se pode conseguir viver”, relativizando o seu impacto nas eleições. Este professor da Universidade Católica Portuguesa considerou, para além disso, nas declarações ao Público, que terão sido as sondagens a ajudar Costa a mudar de direção: “Se não fossem as sondagens, Costa teria andado até ao último minuto a pedir a maioria absoluta. E, se calhar, não a teria conseguido”. Agora, o centro de sondagens do ICS/ISCTE quer fazer um estudo para entender o impacto da exposição dos eleitores a este tipo de estudos de opinião.

Partidos de esquerda contestam sondagens

Ainda antes das eleições legislativas, o dirigente comunista e mandatário da CDU Bernardino Soares comentava na CNN as sondagens que davam um empate entre o PS e o PSD e alertava para a importância de se relativizar estes estudos. “Devemos relativizar as sondagens como sempre fazemos, elas não votam, quem vota são os portugueses”, adiantou então.

Já durante a noite eleitoral, a coordenadora do BE, Catarina Martins, justificava o resultado, entre outras coisas, com uma “bipolarização falsa e uma enorme pressão de voto útil que penalizou os partidos à esquerda”. Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, afirmou, por sua vez, que “o quadro político e a relação de forças são marcados por um resultado eleitoral, que a partir de uma extrema promoção da bipolarização, beneficiou o PS, apesar da sua postura de fuga às respostas necessárias ao país”. Também nesse sentido José Luís Ferreira, do Partido Ecologista “Os Verdes”, destacou que os resultados eleitorais expressavam também “a bipolarização que foi construída com o propósito muito claro de favorecer o PS e o PSD e que acabou também por retirar a representação parlamentar” a esta força política.

A VOZ dos livros



Chocolate, de Edgardo Xavier

Edgardo Xavier nasceu no Luso, hoje Huambo, no ano de 1946. Escritor, poeta, crítico de arte, foi comissário das Bienais de Óbidos e da Organização de três das Bienais de Cerveira. Tem publicados quatro livros de crítica de artes plásticas e, entre 2007 e 2020, publicou diversos livros de poesia, dos quais destacamos *Amor Despenteado*, *Canto da Pedra*, *Íntima Idade*, *Palavra de Cardo*, *Vermelho* e *Não Pise as Formigas*. A ficção e os textos para catálogos de exposições são outras das suas vertentes criativas, para além da pintura, território em que é um nome reconhecido e admirado. O seu anterior livro de contos *Loendo*, constituiu assinalável êxito.

Participou, como crítico e poeta, em diversos programas da rádio e da televisão.

Chocolate, livro que reúne 175 contos breves, é a sua mais recente incursão pelos difíceis caminhos da prosa ficcional curta. Neste género mal-amado, o do conto, que já foi em épocas mais calmas uma vertente estimada e lida da nossa prosa, Edgardo Xavier investe neste livro pela sua abordagem mais difícil: a do conto minimal, ou seja, que têm, a maioria deles, menos do que uma página. Este prodígio de contenção, que é raro, permite ao leitor perdido na voragem do nosso tempo, neste viver em contraciclo com a nossa natureza, conseguir no breve intervalo de uma bica, ou entre paragens nos transportes públicos, percorrer alguns destes textos, sorver-lhe o prazer da linguagem que serve estas estórias breves, e respirar por minutos esquecendo as fadigas do quotidiano.

A escrita, sabemos-lo, o melhor da nossa prosa ficcional, incide no que resguardamos na memória, no olhar que dúctil e sagaz se debruçada nesse agitar contínuo do “real quotidiano” como dizia o nosso querido José Gomes Ferreira. Edgardo Xavier não se ausenta destas premissas, ele afirma sem tibieza: «Estou sempre no que conto na pele de outra pessoa». Quem percorrer o calor, a verdade e a sensibilidade deste íntimo discurso, certamente o saberá.

São as memórias de África, de quem lá viveu e jamais esquece, a solidão, as paixões, o amor e a morte, que perpassam por estes contos. Os temas que vamos glosando desde que o homem se deu falante e criou um alfabeto para que as ideias e as estórias se não perdessem, que este livro regista. Está tudo neste *Chocolate*, que apetece ler devagar, conto a conto, página a página.

«Com a noite a deslizar lenta pela insónia, retomou a leitura de *Barranco de Cegos*, de Alves Redol». Regressamos aos discursos ficcionais dos autores que teimam em questionar o nosso tempo, entre os quais se inclui Edgardo Xavier e este seu belíssimo *Chocolate*.

Chocolate, de Edgardo Xavier, edição Modocromia

Domingos Lobo

LEGISLATIVAS



A forte bipolarização mediática terá tido consequências nos resultados eleitorais.

PS conquista maioria absoluta

Ainda com os votos do exterior por contar, o PS superou os 115 deputados, a marca necessária para aceder à maioria absoluta na Assembleia da República.

Pode dizer-se que o mapa eleitoral sofreu uma hecatombe. A descida da abstenção fazia já adivinhar algum desfecho mais extraordinário e as sondagens ajudaram a mobilizar para o que veio a acontecer: a maioria absoluta do PS. A forte bipolarização mediática e o receio do regresso dos partidos de direita provocaram severas perdas nos partidos à esquerda do PS. Por outro lado, a tendência em queda do PSD e o desaparecimento, na Assembleia da República, do CDS-PP potenciaram o crescimento do Chega e da IL.

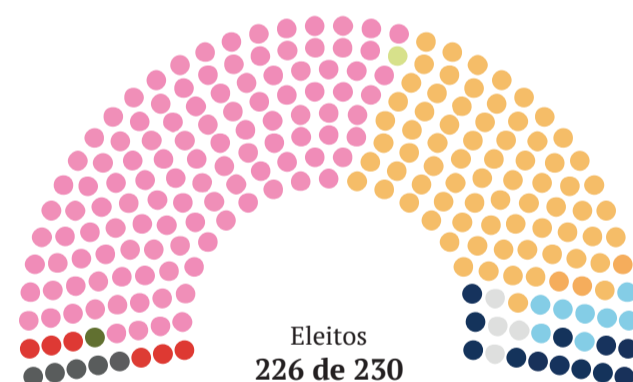
Com quatro anos de estabilidade parlamentar pela frente, António Costa vai enfrentar o repto de mostrar que estabilidade governamental significa estabilidade social. Mais. Sem depender dos partidos à sua esquerda, veremos para que lado se inclina a balança de um futuro executivo de um partido que nunca teve pudor em governar à direita.

Nesse sentido, nenhum balanço eleitoral ficaria completo sem as posições dos sindicatos e dos patrões. Estes últimos parecem ter ficado satisfeitos com o resultado eleitoral. Questionado sobre se a vitória do PS o teria deixado apreensivo, António Saraiva, representante dos patrões enquanto presidente da Confederação Empresarial de Portugal, respondeu que não. À Antena 1, recordou que aquilo que o PS ia dizendo, através de António Costa, é que o governo “estava refém dos partidos da esquerda parlamentar, dos acordos que tinha de fazer para a aprovação dos orçamentos”. Assim, o homem que recebeu um pedido de desculpas do primeiro-ministro por ter aprovado medidas na área do trabalho sem consultar os patrões

considerou que o PS se libertou desse “constrangimento” e que há que “aproveitar” agora esta maioria absoluta para “um novo ciclo económico”. Já antes das eleições, António Saraiva tinha apelado, na TSF, a um entendimento entre o PS e o PSD no caso de não haver maioria absoluta e apontava prioridades como “uma reforma fiscal, passando pela reforma da justiça e da administração pública”, criticando a contratação de funcionários públicos e o aumento do salário mínimo.

Contudo, no seio dos sindicatos, a maioria absoluta e a descida dos partidos de esquerda não foi bem recebida. Em comunicado, a CGTP-IN recordou o contexto marcado pela bipolarização e apontou o dedo à “difusão da falsa ideia de que se estava a eleger o primeiro-ministro” através da publicação “de sondagens que colocavam dúvidas quanto ao partido mais votado que não se vieram, nem de perto nem de longe, a confirmar”.

A principal central sindical portuguesa destacou ainda o aumento da votação “nas forças mais reacionárias e de extrema-direita” e apontou políticas progressistas que respondam “às necessidades e anseios” dos trabalhadores como solução para combater o “populismo e o individualismo”. Nesse sentido, recordou a importância da revogação de “normas gravosas” presentes na legislação laboral e a “necessidade de reforço dos serviços públicos e funções sociais do Estado”. A precariedade, baixos salários e a contratação coletiva vão continuar a ser prioridades da CGTP-IN, que entende que a maioria absoluta vai “elevar a resistência do PS à resolução dos problemas”. Em consequência, a central sindical apela à



Eleitos
226 de 230

	Branco	Nulos	Abstenção
	1,15%	0,92%	42,00%
PS	41,68%		117
PPD-PSD	29,27%		76
CHEGA	7,15%		12
IL	4,98%		8
BE	4,46%		5
CDU	4,39%		6
CDS-PP	1,61%		0
PAN	1,53%		1
LIVRE	1,28%		1
Outros	1,58%		0

“organização, unidade e luta dos trabalhadores”.

Para 17 e 18 de fevereiro estão já marcadas reuniões do Conselho Nacional e plenário de sindicatos para analisar o atual quadro político saído das eleições legislativas.

UCRÂNIA



Batalhão Azov, força paramilitar fascista, pausa com a bandeira da NATO e a bandeira da Alemanha nazi.

A Ucrânia e a NATO

A partir dos meios de comunicação e das tribunas políticas hegemónicas assistimos, nestas semanas, ao desenvolvimento de um discurso constante e comum em relação à denúncia de uma suposta invasão russa da Ucrânia.

Carmen Parejo, diretora da revista La Comuna

Todos os discursos correspondem a um propósito. Podemos dizer que procuram claramente intervir tanto na opinião pública como na atuação dos interlocutores interpelados. Para compreendermos a intenção e a finalidade do relato sobre a suposta invasão russa da Ucrânia é fundamental aproximarmos-nos do contexto e dos interesses em conflito entre os implicados neste caso.

Perante a acusação por parte, fundamentalmente, das potências da NATO - e em especial dos Estados Unidos, da iminente invasão russa da Ucrânia, a resposta da parte russa tem sido a negação constante. De tal forma que o próprio presidente ucraniano Volodimir Zelenski negava estes dias que se estivesse a produzir uma atividade militar extraordinária por parte da Rússia, acusando os Estados Unidos de gerar pânico e estar a causar terríveis danos económicos a um país que já enfrenta uma terrível crise. A exigência de Zelenski persiste, contudo, há outra ques-

tão: Poderá a Ucrânia entrar na NATO?

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em cuja criação Portugal participou como membro-fundador durante o regime fascista, é uma aliança militar intergovernamental que surgiu em 1949. O pretexto dos promotores da NATO era nem mais nem menos do que uma suposta “invasão soviética” no continente europeu. O certo é que nessa época o movimento operário e comunista tinha força e estava no seu auge na região. Por outras palavras, a NATO não nasceu para combater nenhuma invasão estrangeira mas antes pelo medo a um confronto dentro dos seus próprios países. O seu temor era a mudança no equilíbrio de forças da luta de classes dentro das potências capitalistas que estavam por trás do acordo. Apesar de se justificar a NATO com o contexto da Guerra Fria não seria até à desintegração da URSS que as forças da aliança atlântica atuariam pela primeira vez como força conjunta na Jugoslávia.

A dissolução da URSS supôs a destruição social, económica e política das repúblicas que a compunham. A corrupção e as máfias tomaram o poder sob o

patrocínio das potências europeias e dos Estados Unidos. Isto favoreceu a instabilidade dessas repúblicas e, simultaneamente, o expansionismo da NATO como da própria União Europeia, sem que fosse necessária qualquer justificação. Se observamos o mapa, vemos claramente como se desenvolveu essa expansão fora do seu âmbito de influência original.

A Federação Russa ultrapassou a sua própria etapa sombria que se seguiu à desintegração. Com a chegada de Vladimir Putin ao poder não se solucionaram todos os problemas dessa etapa. Contudo, produziram-se mudanças que devem ser entendidas a partir do realismo político e não tanto como um voluntarismo abstrato da nova política russa. A recuperação de setores estratégicos da economia e a viragem progressiva nas suas políticas internacionais foram duas peças chave desta nova etapa.

O mundo unipolar liderado pelos Estados Unidos, também como potência hegemónica da NATO, alcançou o seu zenit com a invasão ilegal do Iraque em 2003. Não obstante, depois daquela agressão a unipolaridade norte-americana começa a etapa de declive. Devido

ao auge de novas potências económicas emergentes, onde se destacam a Rússia e a China, o ressurgimento de eixos de resistência ao avanço unipolar de carácter regional na América Latina e Ásia Ocidental.

Chegamos assim ao ano 2014 na Ucrânia com um novo golpe de Estado que não era inédito entre as distintas fações da oligarquia ucraniana mas, desta vez, havia algo mais de fundo. O apoio claro e direto da União Europeia aos golpistas reforçou-se com a chegada do apoio norte-americano. De facto, como na Jugoslávia ou no Afeganistão, vimos estas potências intervir de forma direta e clara nos assuntos internos de outros Estados soberanos com absoluta naturalidade.

Em Kiev, o novo governo golpista serviu-se de grupos de choque de carácter neonazi vinculados com a figura do colaboracionista nazi ucraniano Stepan Bandera. Isto conduziu ao aumento da violência e da perseguição direta tanto de russos étnicos ou culturais como de ciganos, judeus ou militantes de esquerda. Destaca-se o massacre em Odessa onde 47 pessoas foram queimadas vivas na sede dos sindicatos.

Entre as consequências diretas destes factos temos por um lado o referendo da independência, e posterior adesão à Federação Russa, da península da Crimeia e, em segundo lugar, o surgimento da resistência na região em Donbass, zonas de maioria russa.

Foram várias as tentativas diplomáticas para solucionar o conflito entre Kiev e as repúblicas populares nascidas na guerra de Donbass, as Repúblicas de Donetsk e Lugansk. O incumprimento sistemático pela parte ucraniana dos acordos de Minsk e o apoio permanente da NATO às forças ucranianas deixaram estas repúblicas com poucas opções para a sua sobrevivência para além de continuar com a resistência.

Os Estados Unidos, pelo seu lado, insistem numa suposta iminente invasão que até os seus sócios de Kiev negam, enquanto rejeitam a proposta de se comprometerem por escrito a deixar de acostrar as fronteiras russas. Muito provavelmente a intenção dos Estados Unidos não é mais do que repetir o esquema da Ossétia do Sul: forçar a Rússia a proteger o Donbass e consolidar a suposta invasão como profecia auto-cumprida.

O presidente ucraniano tem a urgência de sair das suas próprias contradições. Manter como sócios supremacistas nazis e os Estados Unidos não parece compatível com responder ao reto da terrível crise económica e política depois de oito anos de guerra em Donbass. Saberá Zelenski que a Ucrânia é vista como um simples peão da NATO contra a Rússia?

RÁDIO



Uma Rádio que seja nossa

Jorge C.

No próximo dia 13 de fevereiro assinala-se o Dia Mundial da Rádio – uma celebração promovida pela UNESCO desde 2011, com o objetivo de estimular a utilização deste meio de comunicação para um acesso mais amplo das populações à informação. É este, de facto, o papel histórico da rádio. Foi, muitas vezes, e em cooperação internacional, o meio de combate à desinformação e o som de uma esperança de futuro que as barreiras da opressão teimavam em esconder. Foi a resistência das populações que furou sempre o controlo dos meios de comunicação por essa opressão e que deu voz à possibilidade da liberdade e do poder popular.

Na história da Rádio há momentos tão relevantes que

permanecem na nossa memória coletiva mais do que mil imagens, porque o poder da voz que transporta as emoções do momento tem um efeito em nós que vai muito para além da aparência. Da Grândola que abriu as portas de Abril ao relato de A Invenção do Amor, passando pela defesa sem luvas de Ricardo nas meias-finais do Euro 2004, a Rádio concentra num único sentido toda a nossa atenção e desperta em nós uma reação tão espontânea, tão imediata, que se torna inesquecível e insubstituível.

Ao longo dos últimos anos, temos assistido a uma tentativa de museologização da Rádio. As notícias sobre a sua substituição por novos meios de comunicação e novas tecnologias parecem querer determinar a morte de um meio que muitos dizem anacrónico. E esta tentativa não é inocente. A Rádio tem um alcance coletivo e massificador; na Rádio há mediação entre os conteúdos e os

ouvintes; a Rádio transporta a informação em tempo real em toda a parte; e apesar das dificuldades e limites que impuseram à sua democratização, este é um dos meios que ainda pode resistir ao centralismo e à globalização, através de órgãos locais e de movimentos populares.

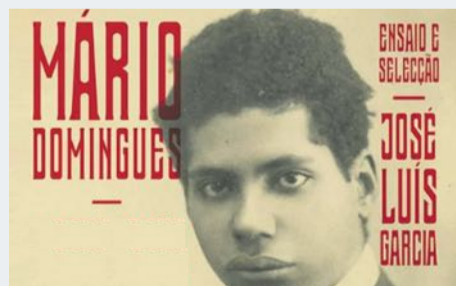
A homogeneização cultural é, nesse sentido, uma das consequências que já vemos refletidas no nosso quotidiano. Apesar da aparente diversidade, os produtos de entretenimento que as rádios servem são uma determinação de um mercado de consumo, muitas vezes alienador daquilo que é a realidade política e da cultura popular – aquela que é criada e produzida pelas populações e não em estúdio por homens de negócios. Enfraquecida por esta tendência, evidenciando ainda mais as limitações e criando a sensação de que já não dá resposta às necessidades das populações, a Rádio atravessa, há alguns anos, um dilema de sobrevivência. O problema não é da Rádio, mas sim do monopólio de todos os meios pelos mesmos grupos económicos, que definem o que sobrevive e o que desaparece, o que está ou não está na moda, o que é e o que não é memória.

Uma das causas mais evidentes dessa homogeneização é a dependência financeira das rádios. Para além da sobrecarga publicitária que interrompe emissões e consome uma parte significativa do tempo de antena, criando nas redações dilemas sobre a transparência da informação, há uma dependência política que se manifesta, sobretudo, nas rádios locais, onde o poder local surge como tábua de salvação e condiciona um direito tão fundamental como a liberdade de expressão. Não falamos apenas da informação, mas também da criação e produção cultural que ficam reféns das prioridades de figuras externas ao interesse público.

Torna-se cada vez mais urgente um serviço público de rádio que reflita, também, um serviço público de cultura. Precisamos de uma Rádio que represente as aspirações das populações, que reproduza a sua cultura e que seja vanguardista na divulgação e na informação. Precisamos de uma Rádio que seja mais popular do que elitista e mais sofisticada do que popularucha; uma Rádio que nos devolva a comunidade e que seja uma construção coletiva.

Sugestões culturais

A Afirmação Negra e a Questão Colonial
Mário Domingues



Jornalista, cronista, escritor, de S. Tomé e Príncipe, atento ao movimento negro por todo o mundo, construiu uma precursora obra de «rebeldia negra» na imprensa em Portugal. Aqui se recupera a maioria desses textos, onde este escreve, muito à frente do seu tempo, sobre a condição dos negros, o racismo e a colonização. Edições Tinta da China.

Diário de Pilar na Grécia
Teatro Independente de Oeiras



O avô de Pedro parte rumo à Grécia. Cheia de saudades, Pilar resolve ir ao seu encontro, mas logo recebe a notícia de que ele não voltará de lá. Mas deixou-lhe um presente especial: uma rede mágica que pode levá-la a qualquer lugar. Embarca assim numa viagem de descoberta dos maiores mistérios da vida e do fascinante mundo da mitologia grega.

Histórias de Além Terra
Leonor Keil / Cão Danado



“Narrativas, com fortes componentes iconográficas, coreográficas e poéticas (no sentido lato), em que se projetam preocupações e interrogações, nascidas aqui na terra, no ‘ecrã’ espaço sideral, e em que também se fazem baixar mistérios do cosmos que interpelam os humanos ao nível da percepção terrena”.
9 - 13 fev, Teatro São Luiz.

Belenenses - Sintrense
Estádio do Restelo



Realiza-se no próximo dia 13 de fevereiro, pelas 15h, o jogo de futebol Belenenses - Sintrense, na disputa pelo Campeonato de Portugal. Protagonizada por duas clássicas equipas de coletividades da região de Lisboa, terá lugar no estádio do Restelo, onde os Belenenses defenderão o primeiro lugar na classificação.

ASSOCIATIVISMO

Cineclubismo: alternativa de qualidade – a baixo custo

Mónica Baptista, professora de cinema

Um passado de resistência anti-fascista na luta por uma cultura popular

O surgimento dos cineclubes em Portugal acontece no pós-guerra, e é inseparável das expectativas de democratização da vida nacional. O Movimento de Unidade Democrática (MUD), proibido em 1948, com as suas significativas camadas da juventude estudantil e trabalhadora, prossegue a militância legal através do movimento associativo, que sobreviveu em pleno fascismo através de associações de cultura, recreio e desporto. Manuel de Azevedo destaca, no seu livro “O Movimento dos Cine-Clubes” (Edições Seara Nova, 1948), a relação entre o cinema português e o acesso à cultura: *estaremos contribuindo concretamente para a solução do problema da cultura do povo na medida em que trabalharmos para a elevação do nível cultural, ou apenas cinematográfico, do espectador de cinema.* Neste contexto e com tal intuito, tinham já surgido os primeiros cineclubes: o Clube Português de Cinematografia (1945); o Círculo de Cinema, de Lisboa, e o Círculo de Cultura Cinematográfica - Cine-Clube Universitário de Coimbra (1946).

O movimento expande-se um pouco por todo o país. E em 1955, realiza-se, em Coimbra, o 1.º Encontro Nacional de Cine-Clubes, que marca o nascimento do Movimento Cineclubista em Portugal.

As missões de um cineclubista

No artigo “O que é um Clube de Cinema?” (*Gazeta de Coimbra*, 1947), Rui Grácio define as características dos cineclubes como organizações sem fins lucrativos, que *“não associam apenas técnicos, críticos, estas e estudiosos do Cinema; chamam a si todos os que apreciam o espectáculo cinematográfico, procurando interessá-los pelos aspectos históricos, técnicos, artísticos, culturais e pedagógicos do cinema e procurando, também, informá-los afinar-lhes a sensibilidade, educar-lhes a gosto e o espírito crítico.”*

Os cineclubes têm como missão a projecção de filmes, e conseqüente debate de ideias, em espírito comunitário, livre e crítico. E proporcionar à população incentivo e meios para se aproximar de obras a que, de outras formas, não teriam acesso. Num ambiente aberto a todos os que se queiram associar, ou apenas assistir às sessões, que acontecem estes visionamentos, em circuitos alternativos.

É função dos cineclubes proporcionar os meios para divulgar e evidenciar obras que geralmente estão fora dos circuitos convencionais de distribuição. No fundo, procuram criar interesse pelo cinema como expressão artística, dando a conhecer novos realizadores e outros cujas qualidades se revelem originais, ou que ocupem um lugar de relevo dentro na história do cinema - não esquecendo obras contemporâneas e a produção que se vai fazendo nacional e internacionalmente.



As sessões de cinema continuam a ser pontos de encontro e debate.

O caso do ABC

Em Lisboa, existem dois cineclubes, o ABC Cine-Clube de Lisboa, fundado em 1950, e o Cineclubista de Alvalade, que fará três anos em Abril. A Área Metropolitana de Lisboa conta ainda com um cineclubista no Barreiro, outro em Setúbal. A nível nacional, existem actualmente a Federação Portuguesa de Cineclubes (fundada em 1978) e 85 organizações nacionais de carácter cineclubista, nem todas federadas. O Dia Nacional do Cineclubista comemora-se a 14 de Abril.

Manuel Neves, presidente do ABC Cine-Clube de Lisboa, lembra-nos os princípios e objectivos associativos do movimento cineclubista: defender o cinema como arte e linguagem, apoiando e impulsionando a cinematografia nacional, divulgando obras representativas da sétima arte, bem como outras do cinema experimental, didáctico e infantil; procurar impulsionar e auxiliar o cinema didáctico e educativo, editando textos de índole cultural e cinematográfica; organizar colóquios, debates, mesas redondas, palestras, conferências; instituir uma biblioteca, geral e especializada em cinema, ou mesmo constituir uma filmoteca e promover a realização de cursos de formação cinematográfica; e ainda, organizar festivais, exposições e outros certames relacionados com o cinema e a cultura.

Actualmente, o ABC mantém sessões gratuitas regulares, abertas a toda a população, no auditório do Liceu Camões e no Clube Estefânia (chegam a ser duas por semana), em Lisboa, todas elas com a respectiva folha de sala. Os debates e conferências têm sido em menor número, dada a situação pandémica, mas con-

tinuam a acontecer, sobretudo nas sessões em que são projectados filmes portugueses, às quais o cineclubista tenta levar os realizadores para falarem sobre as suas obras, incentivando a discussão de ideias e partilha de experiências.

O futuro dos cineclubes: mais actividade e associativismo

Neste sentido, no movimento cineclubista em Portugal, as sessões de cinema continuam a ser pontos de encontro e debate, num panorama árido no que concerne à divulgação de um certo tipo de cinema, autores e filmes, que, de outro modo, nunca estariam acessíveis, em sala, promovendo a reflexão e participação populares. Mas precisa, hoje, de públicos de várias gerações e origens, para se afirmar ainda mais como uma voz activa na divulgação de uma cultura abrangente e igualitária, acessível a todos, que promova outras formas de ver cinema, debater e reflectir ideias, a arte e a sociedade.

É, portanto, uma prioridade divulgar juntos de novos públicos os movimentos associativos cineclubistas, que continuam a desenvolver actividades, abertas e acessíveis a todos, e são alternativa aos circuitos convencionais de salas e programação. Um dos primeiros passos pode passar por aderir a um cineclubista, através da inscrição e pagamento de quotas (de baixo custo), activamente, participando e divulgando as suas sessões e debates, ou contribuindo com sugestões de filmes e outras actividades culturais cineclubistas.